

Conjuntura Internacional e Nacional

Aprofunda-se a crise do capitalismo no mundo e ampliam-se os desafios da classe trabalhadora

A situação mundial segue marcada por uma crise sem precedentes do modo de produção capitalista, que se agrava com o desdobramento do fracasso de seu modelo neoliberal. A crise, que teve seu estopim em 2008, nos Estados Unidos (EUA), hoje é apresentada pela mídia como “crise da dívida” de países de União Europeia. Porém, seus impactos são e continuarão a ser mundiais, reforçando a exploração e opressão sobre os trabalhadores e povos.

Os EUA vêm perdendo a sua hegemonia política no mundo, com essa crise financeira mundial. Em contrapartida, para tentar manter o seu poder geopolítico, o governo norte-americano vem aumentando os investimentos na área militar. Como prova disso, o país, recentemente, reativou a 4ª Frota militar no Cone sul, ameaçando a paz no Atlântico Sul. Além disso, provoca a tensão no Oriente Médio e na Ásia.

Os planos de austeridade ditados pelas velhas receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial incluíram cortes nos serviços públicos, aumento de impostos e programas de salvamento dos bancos, com injeção de trilhões de euros, resultando em mais recessão e aumento do desemprego.

A independência de classe dos trabalhadores e a resistência dos povos se expressam em inúmeras manifestações populares pela democratização nos países árabes, nas extensas mobilizações da juventude, bem como na retomada dos movimentos grevistas dos trabalhadores na Grécia, Espanha, Portugal, Itália. Além disso, recentemente, 100 milhões de trabalhadores na Índia, entre outros países, também realizaram manifestações tendo como pano de fundo o questionamento às políticas econômicas adotadas sob a orientação do FMI, do Banco Mundial e do Banco Central Europeu. Cresce a responsabilidade do movimento sindical mundial em defender que os trabalhadores não podem pagar

pela crise nem abrir mão de direitos e, muito menos, permitir a adoção de políticas que diminuam ou enfraqueçam o papel do Estado no desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho. Para não perder o domínio geopolítico no Norte da África e no Oriente Médio, as nações que compõem a OTAN estimulam ataques aos governos locais, como no caso do Iraque, Líbia, Irã e Síria. Essas ações estimulam Israel com a sua política contra os povos árabes, provocando guerras civis sem respeito à autodeterminação dos povos, um dos direitos fundamentais pregados pela ONU.

A redução da capacidade de dominação do neoliberalismo está refletida no desgaste de sua hegemonia e legitimidade, na maior fragilidade de direção do imperialismo e na falta de coesão política para apresentar um programa que responda às situações impostas pela crise mundial.

Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do modelo social Europeu, o Estado de bem-estar social (Welfare State). Ao mesmo tempo, crescem as ameaças contra as liberdades democráticas e a soberania dos países mais fracos economicamente.

A crise está afetando, em maior ou menor medida, todos os países, inclusive os chamados BRICS (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A depender do impacto que tenha sobre a China, que possui vínculos profundos com os Estados Unidos e que responde por parte importante do dinamismo da economia mundial, a crise pode atingir um patamar ainda mais grave. Os Brics têm a possibilidade de fazer um contraponto ao sistema do capital financeiro, construindo outras alternativas.

Além dos efeitos econômico-sociais, a crise é uma das causas da crescente instabilidade política e conflitos militares. A guerra em larga escala passou a ser uma variável considerada em todas as análises, mesmo por aqueles que ironizavam como “superados” os vínculos entre imperialismo e conflitos militares. O imperialismo intervém militarmente, sendo a guerra realizada sempre como uma “saída” para situações da crise do sistema. Também se vinculam à crise mundial e às guerras, o aumento da migração, da xenofobia e do racismo.

A ONU foi fundada após a 2ª Guerra Mundial, em 1948, com o objetivo de evitar as guerras. Com a nova geopolítica do pós-guerra, os principais países vencedores participam como membros permanentes e com direito a veto na Comissão de Segurança da ONU. Com isso, passou-se por um período num mundo bipolar, com os EUA liderando um bloco e a União Soviética, outro. Esse período ficou conhecido como a Guerra Fria.

Após a queda do Leste Europeu, o mundo se tornou unipolar, prevalecendo a hegemonia dos EUA. A ONU ficou defasada na nova geopolítica e a Comissão de Segurança acabou virando um instrumento do imperialismo estadunidense, com o poder de veto quando seus interesses são contrariados. Quando os EUA não têm maioria, ficam isolados, como ocorreu na última guerra no Iraque. Apesar de a ONU discordar dos argumentos, os EUA invadiram o país, destituíram o governo, demonstrando a fragilidade da Comissão de Segurança e esvaziando, ainda mais, o papel da ONU como mediadora dos conflitos internacionais.

É necessário rediscutir a ONU, com o objetivo de democratizá-la, atualizando-a na nova geopolítica, com uma maior participação dos países na Comissão de Segurança e acabando com o poder de veto dos membros permanentes.

A economia da zona do euro continua apresentando resultados alarmantes. O desemprego atingiu 10,4% (a maior taxa desde julho de 1998), em dezembro/11; a economia norte-americana não dá sinais de recuperação importantes, mesmo com a redução da taxa de desemprego e a manutenção de políticas monetária e fiscal (ampliação dos gastos públicos e baixa taxa de juros) voltadas a garantir um maior dinamismo e reaquecimento da economia. Tem crescido a adoção de medidas de proteção da indústria do país contra a concorrência estrangeira. Na China, cujo Produto Interno Bruto (PIB) vinha crescendo a taxas superiores a 9,0%, tendo o setor da indústria como o principal responsável, anuncia-se a possibilidade de redução do PIB em 2012 para 7,5%, mesmo com a inflação sob controle (conforme discurso do governo do país). Dada a recessão mundial, é improvável que o crescimento dos “BRICS”, e da China em especial, seja suficiente para

sustentar e auxiliar a economia mundial a sair da crise. Com uma proposta de atualizar os organismos da ONU, em um contexto pós-guerra fria, os Brics, numa perspectiva anticrise, apresentaram uma formulação, que amplia e democratiza o Conselho de Segurança da ONU e indica a necessidade de reformulação do FMI e da OMC, com o aumento do número de nações com direito a definir políticas, que não sejam exclusivamente pautadas numa lógica financeira, mas que contemplem as preocupações sociais. Os países em desenvolvimento também pautam a mudança da moeda com referência comercial mundial, que hoje é o dólar, para outro sistema, constituído por um conjunto de moedas com a garantia de várias nações e não somente dependente de uma moeda. As atuais iniciativas tomadas como solução para a crise do capitalismo apontam na direção das políticas neoliberais de financeirização que levaram o mundo à bancarrota.

Percebe-se que as empresas multinacionais, ao contrário dos Estados Nacionais, vêm registrando, ano após ano, aumento de lucros. Além disso, sempre na ótica da competitividade, tais empresas têm tido grande liberdade para se deslocarem para mercados (países) onde a produção gera mais lucro e mais exploração da mão de obra. O processo de especulação financeira e imobiliária segue em ascensão, com taxas de lucros e de valorização, respectivamente, extraordinárias, recebendo ainda mais estímulos com a enxurrada de dólares e euros no mercado para salvar bancos e empresas.

A única saída, na perspectiva do FMI, do Banco Mundial e do Banco Central Europeu, é a receita ortodoxa baseada na redução do gasto social público e do custo com a força de trabalho, em que se recomendam medidas como a redução nominal dos salários de servidores públicos e do salário mínimo, como aprovado pelo parlamento grego; o aumento da idade para aposentadoria; a redução do tamanho do Estado, ou seja, demissão de servidores públicos e cortes nos investimentos sociais, enfim, desmonte do Estado de bem-estar social.

A democracia – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório de seus povos são

descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Não há mais intermediários. Agora, a gestão dos governos nacionais é direta dos operadores do mercado financeiro. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do “salvamento” do Euro.

O agravamento da crise estrutural do capitalismo não significa sua incapacidade de se reorganizar e superar sua crise . Pelo contrário, inclusive de forma mais cruel, com o avanço da tecnocracia autoritária intervém em estados democráticos nacionais, como ocorreu na Grécia e na Itália. Para a classe trabalhadora, a superação da crise passa, necessariamente, pela derrocada do capitalismo, o que não pode ser realizado em um único país ou continente, já que esse modo de produção se impôs internacionalmente. Assim, é fundamental considerar, nesta conjuntura atual, as correlações de forças e as mobilizações e ações dos trabalhadores, considerando a superação do modo de produção capitalista para o socialismo.

O cenário latino-americano e caribenho é relativamente distinto do cenário internacional. Nas regiões mais afetadas pelos Estados Unidos, há maiores dificuldades não apenas econômico-sociais, mas também políticas e militares, seja sob a forma de guerra civil (Colômbia), seja sob a forma de crime organizado em larga escala (México, Guatemala, El Salvador, Porto Rico, entre outros).

Em outros países da América Latina e Caribe, há governos que estão implementando políticas de desenvolvimento centradas no fortalecimento do papel do Estado, na valorização dos mercados internos e na integração regional, combinadas a política de ampliação da qualidade de vida e da democracia. O caráter progressista de alguns governos latino-americanos deve ser avaliado pela sua capacidade de promover a soberania nacional, a democracia, a elevação da renda do trabalho e geração de empregos, a ruptura com as políticas ditadas pelos centros de poder e instituições a seu serviço (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio - OMC) em seu conjunto, e de se posicionar criticamente à ordem mundial que levou à mais recente crise do sistema capitalista no mundo.

Ruptura a esse processo ocorreu, recentemente, no Paraguai. O presidente Fernando Lugo se elegeu com precária base parlamentar, em razão da tardia adesão dos movimentos sociais ao processo eleitoral, apoiando-se numa coalização antipartido Colorado – partido este que governou o Paraguai de 1947-2008 – em que se destacou a presença do conservador Partido Liberal. Durante sua gestão, incapaz de obter maioria parlamentar, Lugo não pôde avançar em promessas chaves de campanha que confrontavam a oligarquia paraguaia, como a realização de uma reforma agrária, por exemplo. Com esse cenário, montou-se um Golpe Parlamentar, em que uma ação orquestrada pelo parlamento paraguaio deu-se após arbitrário processo de *impeachment* do, então, presidente – sem que lhe tenha sido garantido o legítimo, amplo e incontestável direito de defesa. Esse golpe tem, entre outras intenções, a de modificar o tabuleiro geopolítico da região, criando no Paraguai – em razão de sua localização territorial estratégica, disponibilidade de reservatórios de água doce e de fontes energéticas que afetam principalmente ao Brasil, Argentina, ou proximidade das reservas de gás da Bolívia – uma fonte de contenção e desestabilização dos governos de esquerda e centro-esquerda da região. Tal projeto se articula fortemente com o imperialismo estadunidense e se consolida com a instalação de bases militares no país. Só esse vínculo, combinado com o desespero da direita paraguaia, poderia dar-lhe imaginariamente a força suficiente para confrontar vizinhos regionais muito mais poderosos. Não se pode subestimar as forças atrasadas e de direita das oligarquias, que são utilizadas como instrumentos à disposição dos interesses estadunidenses, tal como as fraudes eleitorais ocorridas recentemente no México.

No caso do Brasil, a estratégia macroeconômica desenvolvida nesses três mandatos democrático-populares no governo federal articulou o desenvolvimento social ancorado no crescimento econômico, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do investimento social, no incentivo às políticas universais e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza.

Na última década (principalmente a partir de 2004), a economia brasileira apresentou consistente crescimento econômico (com uma taxa média anual de 4%), fortemente impulsionado pelo fortalecimento do mercado interno via ampliação do crédito, política de valorização do salário mínimo e melhoria do mercado de trabalho e, por consequência, da distribuição da renda. Apesar desse avanço, ainda temos uma das maiores e mais elevada concentração de renda, com mais de 12 milhões de pessoas na extrema pobreza. O Brasil precisa fazer reformas estruturantes como a política; a reforma tributária, taxando as grandes fortunas, com o objetivo de corrigir o desequilíbrio social; a reforma agrária, para acabar com o latifúndio improdutivo e dar mais assistência à agricultura familiar; a reforma urbana, para transformar a infraestrutura, como saneamento, mobilidade, segurança, habitação; a regulamentação da comunicação, com a democratização do acesso e fiscalização da outorga de concessões públicas; a reforma educacional, com regulação do setor privado, do sistema nacional articulado do setor público e privado, com o incentivo à pesquisa e o aumento do acesso às universidades; a reforma do sistema de saúde, fortalecendo e universalizando o SUS.

Cabe destacar, ainda, nas ações do desenvolvimento e do trabalho, o que se refere às políticas no âmbito da educação profissional. Ao mesmo tempo em que o Governo sinaliza vontade política no tocante à ampliação do acesso por meio de importantes investimentos nas redes públicas de educação profissional, tanto federal quanto nos estados, destina volumosos recursos para a iniciativa privada, particularmente para o Sistema S, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), configurando uma significativa contradição entre a concepção de valorização da educação profissional como política pública e a definição de estratégias que atendam aos interesses daqueles que a exploram como mercadoria.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pelo Piso, com amplas greves e mobilizações em todo o país, é uma evidente contraposição à mercantilização da educação. Um resultado importante no período foi a

promulgação da Lei do Piso pelo Governo Lula. Porém, em muitos estados e municípios, a Lei é descumprida e questionada juridicamente, mesmo tendo sido referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse sentido, devemos ratificar o projeto da CONTEE para o país, intensificando a histórica luta pela educação pública e gratuita de qualidade socialmente referenciada voltada para o interesse do povo em todos os níveis, combatendo a transformação da educação em mercadoria e lutando também por medidas específicas que visem à elevação do grau de escolaridade das classes trabalhadoras brasileiras em curto e médio prazo. A luta pela regulamentação do setor privado de ensino, subordinando o interesse privado ao público, deve continuar sem tréguas ou vacilações.

Em relação às perspectivas de crescimento econômico brasileiro, sob o ponto de vista da dinâmica econômica mundial, deverá seguir a tendência de queda, por um lado, pelos efeitos da crise no Brasil que ocorrerão via setor externo da economia, em especial no comércio mundial; por outro, em função de políticas paradoxais que poderão ser adotadas a depender da análise dos impactos da crise na economia brasileira como um todo.

Portanto, um dos desafios mais importantes no próximo período é garantir o desenvolvimento socioeconômico sustentado. Avalia-se que, para se manter (ou mesmo ampliar) as conquistas sociais e do mercado de trabalhos obtidos desde o ciclo de crescimento econômico, iniciado em 2004, será necessário, no mínimo, um crescimento na ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), com valorização do trabalho e melhoria das relações de trabalho, com democracia nas empresas e participação dos sindicatos e de comissões sindicais nos locais de trabalho.

Há demonstração do equívoco na condução da política econômica baseada em juros altos e na restrição do crédito como formas de controle da inflação e do consumo, como parte da manutenção do tripé: meta de inflação – câmbio flexível – superávit primário. A política fiscal contracionista exigida nessa lógica restringe os instrumentos e possibilidades do Estado para aumentar os investimentos e ampliar as políticas sociais. Embora o discurso governamental seja de

fortalecimento do mercado interno, as medidas adotadas são contraditórias. É necessário um maior investimento na industrialização do país para fortalecer a soberania nacional, com a valorização do trabalho, melhorando a distribuição de renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida do povo.

O cenário de aprofundamento da crise econômica, com impactos significativos sobre o emprego e as condições de vida dos trabalhadores, principalmente nos países centrais do capitalismo, exigirá do Brasil a implementação de políticas que garantam o crescimento/desenvolvimento centrado no mercado interno e uma estratégia de investimento de médio e longo prazo que possibilitem o desenvolvimento sustentável, rumo a uma maior diversificação produtiva, com ambos atuando para minorar, ainda mais, os efeitos desse período de instabilidade econômica mundial. Cabe ressaltar que a liberalização do capital financeiro, que favorece, ainda mais, a especulação, concorre para ao aumento da dívida interna e fragiliza os investimentos em políticas sociais e de infraestrutura.

Atualmente são poucos os países que possuem condições para obter sucesso nesse tipo de estratégia (crescimento via mercado interno), e o Brasil, certamente, é um deles. Isso ocorre porque tanto o consumo, como a renda do mercado interno brasileiro, tem margem para crescer, porque ainda existe um contingente populacional considerável fora do mercado consumidor, ao contrário do verificado nos países centrais.

Nesse sentido, uma condição fundamental para que tal objetivo seja alcançado é elevar a participação dos rendimentos do trabalho (em % do PIB), em contraposição aos lucros. Portanto, um dos grandes desafios colocados no próximo período em relação à agenda do desenvolvimento diz respeito ao embate entre lucros e salários. Mesmo com o aumento da renda do trabalho, os lucros têm crescido em velocidade ainda maior, já que, mesmo com o aumento do emprego, sua proporção na economia nacional permanece ainda distante do verificado na década de 1980. Além da continuidade do aumento do emprego assalariado, existe a necessidade de crescimento da renda individual do trabalho, visto que a

política econômica e a precarização das relações de trabalho, em especial, a alta rotatividade e terceirização, impedem avanços mais visíveis nesse aspecto.

Além daquelas já arroladas acima, propomos:

1- Aprovação dos 10% do PIB no PNE;

2- Apoio às políticas de integração da América Latina e Caribe que visem à soberania e à emancipação dos povos;

3- Repúdio ao Golpe de Estado no Paraguai e pela volta da democracia;

4- Repúdio e denúncia à intervenção imperialista na América Latina e Caribe, exigindo a retirada da IV Frota e a efetiva condenação do golpe em Honduras;

5- Repúdio à instalação de bases norte-americanas na Colômbia;

6- Apoio à democratização do Conselho de Segurança da ONU;

7- Defesa de reformulação do FMI e da OMC com aumento do número de nações com direito a definir políticas econômicas e sociais;

8- Defesa da garantia de emprego e proibição de demissões sem justa causa;

9- Consideração, para efeito de cálculo do provento de aposentadoria, da soma de todos os salários de contribuição, em igualdade de condições, sem que haja prevalência de uma sobre a outra;

10- Empenho de todos os esforços pela revogação do parágrafo segundo do Artigo 114 da emenda 45;

11- Fim do superávit primário e revogação da LRF, com ampliação dos investimentos em obras de infraestrutura e em políticas sociais;

12- Luta contra a política macroeconômica, bem como pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal;

13- Ampliação e fortalecimento da Previdência Pública e Solidária, com o fim do fator previdenciário;

14- Associação da luta pelo fortalecimento da previdência social à luta pelo aperfeiçoamento do sistema público de saúde;

15- Restituição à nação do que foi privatizado, com a reestatização da Vale, da Embraer e readmissão dos demitidos;

16- Anulação dos leilões do petróleo e garantia de que a riqueza do Pré-Sal não seja entregue às multinacionais e apoio à campanha da FUP por uma Petrobras 100% Estatal;

17- Luta pela garantia de que, na construção do marco regulatório para exploração do Pré-sal, parte substancial dos recursos seja destinada para as áreas de educação e saúde e não entregue às multinacionais;

18- Auditoria da Dívida Pública (externa e interna), como fazem Equador, Bolívia, Venezuela e Paraguai;

19- Controle da remessa de lucros das multinacionais e da fuga de capitais;

20- Mais avanços na Reforma Agrária, em unidade com o MST e outros movimentos, na cobrança de assentamentos e de crédito para a pequena agricultura familiar com atualização do índice de produtividade e limite de propriedade de terras;

21- Luta contra a privatização da Amazônia, contra a Lei nº 11.952/2009, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 458/2009 que regulamenta e dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de União, no âmbito da Amazônia Legal (grilagem), e pela defesa do meio ambiente;

22- Luta em defesa do patrimônio ambiental, contra a privatização dos recursos naturais e por uma urgente mudança na matriz energética;

23-Busca de se fazer representar junto a fóruns governamentais e não governamentais de políticas para mulheres, antirracistas, de combate à homofobia e lesbiofobia;

24- Afirmação de compromissos de luta que visem combater todo tipo de preconceito, discriminação com a relação à cor, orientação sexual, de idade de credo, fortalecendo os direitos constitucionais;

25-Redução da jornada de trabalho de 44 para 40h semanais, sem redução de salário;

26-Garantia de implantação e avanços no Plano de Cargos, Carreira e Salários no setor privado de ensino;

27-Mudança no IRPF, com base nos estudos do IPEA;

28- Reforma tributária progressiva, fundada prioritariamente sobre tributos diretos, imposto sobre as grandes fortunas, desoneração do trabalho e maior taxaço do capital e da grande propriedade rural, dos lucros financeiros e das remessas de lucros e dividendos ao exterior;

29-Impedimento à desnacionalização da educação;

Revisão da Lei da Anistia, para punir os crimes da ditadura militar;

30- Incentivos do Estado para a agricultura orgânica e para a agroecologia, como alternativas de desenvolvimento sustentável, em assentamentos de reforma agrária;

31-Implementação de um marco regulatório para a imprensa que permita uma real e efetiva democratização dos meios de comunicação, incluindo revisão das concessões de rádio e TV.

Assinam: Diretoria Executiva